

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS URBANAS E RURAIS NA ÚLTIMA DÉCADA NA BAHIA

Ana Júlia Silva Santos¹, Daniela Andrade Monteiro Veiga², Artur José Pires Veiga³

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O presente artigo promove o debate de uma diversa gama de teorias sobre o urbano e rural, bem como sobre o campo e cidade, compreendidos, respectivamente, como relações sociais e como materialidade. Os estereótipos e preconceitos que permeiam a vida bucólica do campo também são abordados bem como sua não fundamentação, ao passo que, urbano e rural estão mais próximos do que se imagina. Isso se explica pelo fato de ambos se relacionarem em uma dialética e serem dependentes. A produção do agronegócio, também é abordada, os investimentos em maquinários e demais suportes para o setor, em contraste com a população mais carente residente no campo que não é beneficiada com acesso a escola, posto de saúde e demais equipamentos que se encontram em sua maioria concentrados nas cidades. Sendo este um fator que atribui diferença entre ambos. Ainda, as mudanças de nomenclatura e configuração para determinar áreas urbanas e rurais entre os censos do IBGE de 2010 e 2022 também são abordadas. O motivo dessa investigação se dá pela importância de compreender a nova configuração que se deu no espaço, além de saber definir (ainda que complexo) tais termos, e os significados que cada um desses carrega. Sendo isso também destacado neste escrito.

Palavras-chave: campo, cidade, rural, urbano.

¹ Discente do curso de licenciatura em geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: anajuliasilvasantos967410@gmail.com

² Docente no Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: dveiga@uesb.edu.br

³ Docente no Departamento de Geografia (DG) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: veiga@uesb.edu.br

ABSTRACT

This article promotes a diverse range of theories about the urban and rural, as well as the countryside and the city, understood, respectively, as social relations and materiality. The stereotypes and prejudices that permeate bucolic rural life are also addressed, as well as their lack of foundation, while urban and rural are closer than one might imagine. This is explained by the fact that both relate to each other in a dialectic and are dependent. Agribusiness production is also addressed, as are investments in machinery and other support for the sector, in contrast to the poorest population residing in the countryside who do not benefit from access to schools, health centers and other equipment found in their area. mostly concentrated in cities. This is a factor that attributes the difference between the two. Furthermore, changes in nomenclature and configuration to determine urban and rural areas between the 2010 and 2022 IBGE censuses are also addressed. The reason for this investigation is the importance of understanding the new configuration that took place in space, in addition to knowing how to define (although complex) such terms, and the meanings that each one carries. This is also highlighted in this writing.

Keywords: countryside, city, rural, urban.

Instituição afiliada – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Dados da publicação: Artigo publicado em Junho de 2024

DOI: <https://doi.org/10.36557/pbpc.v3i1.35>

Autor correspondente: Ana Júlia Silva Santos

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1 INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre a definição de campo-rural e cidade-urbano. No presente artigo essa discussão é continuada, pois a dinâmica de apropriação desses territórios é alterada, como são alteradas as relações sociais no decorrer do tempo. Desse modo, se faz necessário a permanente reflexão sobre esses conceitos. Além disso, quando se fala em alterações das relações sociais, diz respeito à mudança de comportamento individual e coletiva, podendo ocasionar transformações no espaço ou mesmo ser consequência de tal.

Este artigo se apoia na divisão territorial urbano/ rural estabelecida pelo IBGE para analisar as mudanças materiais e imateriais ocorridas nesses espaços, na última década. Além de mapear a expansão urbana sobre o rural, este trabalho se propõe a apresentar com o auxílio de fotografias, imagens de satélite o que, de fato, são essas mudanças materiais no espaço, contribuindo para a compreensão dessas categorias. Essa análise territorial abrange o estado da Bahia, e ao pontuar as mudanças físicas e materiais, são conjecturadas as mudanças imateriais, invisíveis e presentes nos ambientes urbanos e rurais.

Para compreender a transformação recorrente tanto no campo como na cidade, é necessário um breve resgate histórico sobre a formação e compreensão dessa dualidade campo – cidade. No período medieval, a grande maioria das pessoas viviam onde hoje é denominado campo, produzindo os alimentos que deveriam ser concedidos em grandes quantidades ao clero e à nobreza em busca de sobrevivência e segurança. Era uma relação de troca, em que era necessária a entrega da produção para a concessão de direitos. Com o passar do tempo, a inserção do processo de industrialização o número populacional cresceu, essa lógica de produzir no campo e comercializar seu valor na cidade se fortaleceu e continuou.

Tal processo de industrialização provocou um êxodo rural bastante significativo, ou seja, fez com que a população do campo diminuísse drasticamente dando destaque para o grande contingente populacional que passava a se formar nas cidades, desencadeado o processo de urbanização.

De acordo com o crescimento populacional entre 1940 e 1980, ocorreu uma inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas. Dessa forma, o movimento de forte migração das áreas rurais para as cidades, determina o crescimento desordenado de grandes aglomerações e a formação de centros metropolitanos, que são reflexos dessa dinâmica. (JACINTO; MENDES; PEREHOUSKEI,

2012, p. 178)

Tal fato se explica pelas concentrações de bens e serviços nas cidades que não existiam no campo, isso porque, para o modo de produção capitalista que começava a ascender, a margem de lucro em atender, ofertar o consumo, a uma gama maior de pessoas nas cidades é muito maior se comparado com o deslocamento para o campo.

Assim, a seguinte lógica foi construída: no campo se produzia a matéria prima que iria ter seu valor medido nas cidades ao passo que continha o comércio. Logo, estas passaram a ditar as regras do campo no que se refere ao que e quanto deveria ser produzido. Junto disso, o crescimento populacional nas cidades para atender a demanda das indústrias, somado com os aparatos de urbanização como luz elétrica e água encanada, fez aumentar a soberania da cidade sobre o campo e consequentemente do urbano sobre o rural. Desse modo

Construiu-se uma ideologia na qual, o campo e o modo de vida rural passaram a ser relacionados ao atraso enquanto a cidade e o modo de vida urbano passaram a ser relacionados ao novo, ao moderno. A ruralidade seria substituída pela urbanidade num processo de civilização no qual o objetivo era “civilizar o campo” (BATISTA, 2014, p. 104).

Muito se discute sobre esse “atraso” existente no campo sendo necessária sua urgente modernização. Contudo, se faz mister a compreensão de que o mesmo não é atrasado, apenas diferente da cidade e que de igual modo possui muita importância. Pois, ainda conforme Batista (2014, p. 103) “campo e cidade constituem espaços distintos. Distinção não significa oposição”. Tal afirmação, se faz de vital importância para intervir em ideologias que campo e cidade estão em combate frequente e que o segundo sempre vence o primeiro por possuir equipamentos que insinuam características de desenvolvimento e superioridade. Contudo, ambos são apenas diferentes em suas potencialidades de produção e importância para a sociedade.

Segundo Azevedo (2012), a dualidade entre campo e cidade, se referem à materialidade, ao palpável, enquanto o urbano e o rural se remete às relações e práticas sociais vividas. Assim, no caso das cidades, os prédios, praças, bancos e hospitais; no campo, as produções agrícolas, bem como os equipamentos responsáveis por tais atividades. Já no que se refere ao urbano, se tem como exemplo os trânsitos e engarrafamentos, a possibilidade de exercer atividades à noite graças à iluminação pública, sendo este um fator emblemático do processo de urbanização; já o rural se refere ao cotidiano das relações afetivas entre as vizinhanças, podendo citar também o trato com a terra e com os animais, situações mais desaceleradas se comparadas com as

do urbano.

Mas, é importante salientar que com o passar do tempo ocorre a inserção da tecnologia em toda parte. No aspecto tecnológico, sob a perspectiva de obtenção de maiores lucratividades e comercialização de produtos e serviços, as relações sociais do urbano e do rural se aproximam. O Brasil, por se apresentar como uma potência mundial de exportação de produtos primários, a presença da tecnologia em peso já é uma realidade no campo em boa parte do território. Tomando como exemplo o estado baiano, os grandes maquinários já se concentram com força na colheita de commodities sobretudo no oeste do estado, além dos grandes investimentos na Chapada Diamantina com destaque para os pivores centrais em Mucugê principalmente para a plantação de batatas.

Tal fato contribuiu para as alterações nas relações do campo, que outrora possuía um perfil mais bucólico e lento, com um público desinteressante aos interesses do capital, por possuir baixa capacidade de consumo, gradativamente passa a contar com o cotidiano acelerado das máquinas, atividades industriais de beneficiamento de algumas matérias primas, influências e valorização cultural estruturadas pela indústria do turismo, entre outras atividades tipicamente urbanas passam a existir em áreas rurais. Pois, “percebe-se que atualmente as atividades produtivas agrícolas tradicionais já não são mais suficientes para explicar, por si só, a dinâmica da renda e das ocupações das famílias rurais” (JACINTO; MENDES; PEREHOUSKEI, 2012, p. 185).

Cenário esse que se explica pelo fato das atividades tradicionais agrícolas estarem sendo substituídas pela grande produção do agronegócio e demais surgimento de atividades que integram os setores secundário e terciário, localizados no campo, conferindo uma nova dinâmica econômica. Contudo, ainda conforme Jacinto; Mendes e Perehouskei (2012, p. 187) “a superação da divisão entre cidade e campo não deve ser confundida com o desaparecimento do campo e das atividades agrárias”. Sendo que tais atividades exercidas no campo são de fundamental importância para a população como um todo. Ainda, as manifestações culturais promovidas no espaço em questão, demonstram o pertencimento e afeto ao lugar e estas atividades também são incorporadas à lógica do capital e na busca por lucratividade e consumo.

Ademais, essa alta tecnologia presente nos processos de irrigação e colheita, além da pecuária, faz com que uma significativa mão de obra no campo se veja obrigada a modificar sua forma de trabalho bem como sua especialização e grau de instrução. Pois, ao passo que outrora as atividades demandavam serviços braçais, agora é exigido

dos trabalhadores do campo atividades relacionadas ao manuseio de máquinas, o que não deixa de influenciar a mentalidade, comportamento e forma de vida da população rural. Não sendo diferente nas residências, pois a presença da televisão e internet tem prendido a atenção das pessoas, e os passeios realizados entre as vizinhanças tem sido substituído pelo entretenimento digital.

Sobre isso Jacinto; Mendes e Perehouskei (2012, p. 178) discorrem: “A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas, até então como exclusivamente urbanas, indicam a existência de um novo paradigma socioespacial no Brasil”. O território em análise se caracteriza por ser um país de constantes metamorfoses pelo fato de sua forte tendência ao capitalismo. Sendo que uma de suas características mais marcantes é a mudança, ao passo que esta se faz necessária para se adequar na melhor forma de se adquirir lucro. Sendo isso bastante marcado no urbano e rural.

Mesmo que a vivência do urbano e do rural passaram a ser mais próximas, a dicotomia entre cidade e campo continua. As construções e edificações presentes nas cidades não costumam se apresentar do mesmo modo e intensidade no campo, o que contribui para a permanência de rotulações negativas com relação a este. Muitos ainda defendem os equipamentos e processo de urbanização como sinônimo de desenvolvimento, em falta destes, o campo é tido como atrasado e inferior. Contudo, é nas cidades que o precário e acelerado processo de urbanização corrobora para o surgimento das favelas, ocupação irregular de encostas e demais problemas urbanos. Ao mesmo tempo, em muitos locais do campo, a alta tecnologia permite que rebanhos e plantações desfrutem de água e demais condições adequadas para sua proliferação e consequentemente geração de lucro.

Ainda, ideologias negativas sobre o campo não são por acaso, possuem embasamento no processo que tornou a cidade no que ela é hoje. Questão essa, discutida por Matias (2016) que analisa o posicionamento de Lefebvre sobre tal cenário, ao passo que este último considera que os conflitos presentes se fazem pelo fato das diferentes ideologias e culturas que são construídas historicamente no meio social. Na observação da cidade ou do campo, no urbano ou no rural, isso gera conflitos por espaços, por qualidade dos mesmos e por direitos, que modificam o aparente e a essência do espaço.

A existência de conflitos ideológicos entre o campo e a cidade, se caracteriza como uma dialética contraditória (JACINTO; MENDES; PEREHOUSHEI, 2012). Ao mesmo tempo em que são diferentes são interdependentes. Um exemplo primário é o

fato dos trabalhadores do campo realizarem suas greves e manifestações nas cidades, pois é na mesma que concentra o poder administrativo responsável por tais questões. Do mesmo modo, as pessoas da cidade precisam dos recursos do campo para sua subsistência, como a industrialização dos produtos agrícolas, que não deixa de correlacionar campo e cidade, sendo um exemplo de relação promovida pelo capitalismo, sendo isso vantajoso para o sistema.

Também sobre isso, Pereira e Turmina (2013, p. 6) discorrem: “Nesse sentido, é preciso compreender a relação entre rural e urbano e entender o rural para além do campo e o urbano para além da cidade, já que esses espaços se opõem e se complementam, ao mesmo tempo”. É possível inferir que características do campo passaram a existir na cidade (como hortas em terraços de prédios por parte de quem valoriza uma alimentação saudável), se tem a possibilidade de uma vivência de colher e plantar em espaços tipicamente urbanos, ações e atividades tipicamente rurais.

A partir dessas novas práticas realizadas nas cidades de cunho semelhante as do campo, surgiu também a idealização do campo como lugar ausente de problemas. Assim, “a idealização do campo seria uma espécie de fuga ao processo de industrialização” (BATISTA, 2014, p. 105). O pensamento de que o campo é um espaço de plena paz e tranquilidade, foi construído a partir dos trabalhos forçados e análogos à escravidão realizados durante a revolução industrial, ao passo que este ocorria na cidade. Se tendo a mentalidade, assim, de que tudo que ocorria no campo era o contrário da cidade. Porém, se faz importante destacar que no campo também há a presença do trabalho forçado, além de condições semelhantes das presenciadas no processo industrial.

Trazendo novamente o Brasil como centro da discussão, ao passo que corresponde a um país que se configura como forte representante das características até aqui analisadas, é preciso se atentar a mais uma peculiaridade deste no que se refere ao desejo de migração para o campo levado pela ideologia de paz plena. Tal cenário diz respeito aos vazios urbanos, que se apresentam cada vez mais frequentes nas cidades brasileiras.

Um dos grandes responsáveis por esse novo cenário é o setor imobiliário, ao passo que as construções de condomínios e casas afastadas dos centros das cidades se tornam cada vez mais frequentes ao passo que o campo passou a incorporar características das mesmas. Consequentemente, a dispersão de serviços e indústrias também são visíveis em decorrência das novas necessidades que vão se desenvolvendo.

Desse modo, não pode-se afirmar que somente as cidades possuem características urbanas, ao passo que o campo também as detém. Do mesmo modo, é necessário rever os conceitos de centro e periferia, ao passo que o primeiro passa a se constituir como um vazio, enquanto o segundo passa a contar com modernas habitações e amparo de serviços (ainda que acessível em sua maioria pela nata da sociedade), ao contrário da periferia que se conhecia há tempos atrás, que além de afastada do centro, era composta majoritariamente por pessoas de baixa renda. Sendo que tais mudanças são impulsionadas e geridas pelo capital e suas necessidades. “O que ocorreu foi a transformação do urbano de forma que este já não compete exclusivamente à cidade” (MAIA, 2019, p. 36). Conforme foram ocorrendo as dispersões da cidade para o campo, a transformação deste último é inegável, como melhoria na infraestrutura.

Sendo importante destacar que tais investimentos possuem causa e prioridade nos lucros advindos dos mesmos, ao passo que “a transformação da terra em mercadoria decorre da demanda de agentes para a valorização de seu capital mediante transformação do solo” (MAIA, 2019, p. 73). Em muitos casos, pessoas residentes no campo não detém os benefícios que o capital tem a oferecer, ao passo que a terra no meio rural passa a receber investimentos em áreas específicas para se adquirir lucro.

Até a década de 1980, portanto, o Estado era o principal agente produtor do espaço da cidade e indutor de sua expansão (IAPis, BNH). A partir da década de 1990, com uma aceleração a partir da década de 2010, essa diretriz da expansão do tecido urbano vai sendo abraçada pelo setor privado, através das construtoras e imobiliárias que vão se consolidando à medida que os seus negócios avançam no espaço da cidade.

Dessa forma, a terra em área rural que ainda não sofria um processo tão forte de especulação para fins urbanos, passa a ser cada vez mais uma mediação para a realização dos negócios relacionados com a produção do espaço. A passagem do domínio da produção do espaço do Estado para o setor privado implica na transformação da própria cidade em negócio. Trata-se, portanto, de uma história muito recente da imposição de uma lógica que atua estrategicamente no espaço e que reproduz as condições de sua continuidade na produção da cidade e do urbano. O estímulo para essa alteração no espaço é condição para a reprodução dos negócios imobiliários.

É preciso ressaltar, no entanto, que o espaço produzido não é uma mercadoria qualquer, mas o lugar da vida de toda a sociedade; ele induz a constituição de novas relações sociais no urbano, transformando constantemente a produção e o uso da cidade em sua totalidade. Nesse sentido, a lógica concreta da reprodução da vida na cidade

apresenta conteúdos que estão para além das condições permitidas pela produção capitalista do espaço. A vida na cidade aparece como vivência das contradições produzidas no confronto entre a lógica da acumulação capitalista, que consome espaço e produz determinações para a apropriação da cidade e as necessidades concretas da vida.

Já se tratando de uma escala menor como o estado da Bahia, mais especificamente a cidade de Salvador, os locais de destino da população mais pobre para dar lugar aos investimentos do capital são os mais precários. O que desconstrói a ideologia da cidade como polo de desenvolvimento, ao passo que “o assentamento dessa população migrante e despossuída, em Salvador, ocorreu sem políticas públicas de provisão de moradia, tampouco políticas de regulação do uso e ocupação do solo urbano” (CARVALHO; PERIRA, 2014, pp. 142-143). A população que migrou para Salvador e/ou região metropolitana em busca de melhores condições de vida, encontraram espaços para morar completamente despossuídos de qualidade de vida, sendo obrigados a residirem em periferias inadequadas e demais locais de mesmas características.

Desse modo, é perceptível as diversificadas perspectivas a respeito da cidade e campo, urbano e rural no decorrer da história. Sobre isso, Blay no final da década de 1970, analisa a formação das cidades numa cronologia histórica sob o viés exclusivo da habitação. Aborda sobre as moradias dos escravizados, sendo estas as senzalas; após isso, nos primeiros anos da industrialização, o que se destaca são as vilas operárias; sendo que atualmente o modelo de moradia que predomina é a construção em massa de conjuntos habitacionais (BLAY, 1978). Sendo que em todos esses períodos, a habitação é relacionada à condição socioeconômica em que o indivíduo se encontra. No caso do escravismo, a habitação era escolhida (literalmente) pelo seu senhor.

Já em um período mais recente, Veiga (2004) analisa as mudanças no rural por meio da urbanização desencadeada do processo de industrialização. Destaca as transformações nas relações do indivíduo com a natureza: “a intervenção humana não é desenvolvida como o propósito de transformar uma matéria-prima, em contraste com o que ocorre em outros processos produtivos” (VEIGA, 2004, p. 37). Isso demonstra que o modo de se relacionar mudou, e incorporou características do urbano. Ainda assim, é preciso salientar que o rural não desapareceu completamente (Veiga, 2004). Mesmo que a inserção da tecnologia tenha substituído ou alterado o trabalho humano, a vivência no modo rural não deixa de existir.

Com essa ideologia de que o urbano tenha sobreposto o rural, a rotulação de que este último é inferior ao primeiro coexiste com outros entendimentos. Isso vale para os

modos de vida presentes no campo por se caracterizar como bucólico. Em contrapartida, os grandes investimentos realizados no mesmo espaço como o agronegócio, é sinônimo de desenvolvimento e progresso, sendo isso incorporado por muitos, seja pelo desconhecimento dos males provocados, ou pelo fato do benefício adquirido aos envolvidos, seja os proprietários ou até mesmo o Estado.

Muitas são as apreensões dos significados de rural e urbano, campo e cidade de acordo com Batista (2014), que aborda o campo e a cidade como diferentes e não como opostos, de acordo com Matias (2016), tais ideologias possuem embasamento no decorrer dos acontecimentos ao longo do tempo. Mota e Schmitz (2002) organiza as análises desses conceitos em três grandes abordagens: a dicotômica, a de continuum e a de permanência das ruralidades. Esses estudos pontuam particularidades locais, constatadas por meio: das atividades econômicas, das formas de ocupação do espaço, da paisagem, dos atores sociais, das relações de trabalho; das representações sociais; a densidade das habitações, como elementos para qualificar o espaço. A subjetividade e a associação dessas características locais tornam complexa e dinâmica a definição do espaço urbano do rural.

Além das perspectivas teórica, sociológica, histórica, geográfica, urbanística ou filosófica, as definições de urbano e rural são aplicadas na elaboração de políticas públicas, tributárias, de levantamento censitário, que tem como objetivo assessorar o planejamento e a organização administrativa e territorial, se atendo de forma qualitativa e processual os conceitos de rural e urbano.

A importância administrativa para a delimitação física do urbano e do rural se reflete diretamente na legislação que rege as regras de uso e ocupação do solo (VALE, 2005). Com base nessas regras o ambiente é alterado, conduzido pelos interesses do capital, o dimensionamento do parcelamento é definido, as atividades econômicas delineadas, a densidade habitacional e a cobrança de impostos (IPTU ou ITR). Políticas de regulação do uso e ocupação do solo atuam em áreas urbanas e rurais com propósitos distintos, ambas, interferem diretamente na construção do espaço.

Ressalta-se que este artigo apesar de versar sobre a discussão conceitual sobre o que se entende por rural ou urbano, campo ou cidade, tem como objetivo qualificar os espaços que foram alterados da situação rural para a situação urbana, com base na classificação atribuída aos setores censitários definidos pelo IBGE. As análises e apropriações dos conceitos rural e urbano, campo e cidade nas diferentes perspectivas

de contexto histórico e cultural, são de suma relevância para este trabalho, pois auxiliam na análise da realidade presente nas áreas demarcadas, com alteração da classificação.

Como resultado, este estudo apresenta a expansão urbana contemporânea, ocorrida entre 2010 – 2021, os aperfeiçoamentos, limites e possibilidades do uso dos dados censitários para a compreensão da estruturação do território, além do debate sobre a dicotomia urbano-rural.

2 METODOLOGIA

Para a realização do presente artigo, foram de suma importância tanto a pesquisa teórica como empírica. No que se refere à primeira, levantamentos bibliográficos de autores que tratam sobre a temática se fez muito enriquecedor para comprovar a hipótese de que ainda há uma separação ideológica entre urbano e rural, mas que ao mesmo tempo ambos passam por constantes mudanças nas suas relações sociais, comerciais, culturais e isso os aproxima.

No que se refere à pesquisa empírica, realizada com base na classificação da situação do setor censitário realizado pelo IBGE, nos censos de 2010 e 2022, identifica e analisa os setores alterados da classificação rural que passaram a ser urbano, resultando no mapeamento da expansão urbana sobre o rural. Estas áreas identificadas geograficamente são qualificadas com o auxílio de fotografias, google street view e imagens de satélite. A área analisada se aplica ao estado da Bahia.

Áreas rurais que apresentaram adensamento de domicílios e população passando para a categoria de Área rural isolada – Povoado também são identificadas e levantadas hipóteses para essa reestruturação do espaço construído. O IBGE define “área rural como toda área externa ao perímetro urbano” e área urbana como:

Área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal. Anteriormente, quando não existia legislação que regulamentasse as áreas urbanas de cidades ou vilas, o perímetro urbano foi traçado para atender a finalidade da coleta censitária (IBGE, 2013, p. 299).

A pesquisa de Pera e Bueno (2016), relativa ao censo de 2010 apresentam os prós e contras de se utilizar a situação do setor censitário como instrumento de monitoramento da expansão urbana, as autoras pontuam que o IBGE leva em consideração três critérios para a classificação em urbano e rural: (1) o estado de direito, estabelecido pela legislação municipal; (2) o estado de fato, quando não existe

legislação ou quando a mesma se apresenta desatualizada, podendo ocorrer em áreas urbanizadas que "extrapolam" o limite da zona urbana fixada em lei; (3) os elementos do meio físico que facilitem a identificação dos respectivos limites setoriais a partir do percurso da coleta. Estes critérios são aplicados obedecendo essa hierarquia, o que reforça que a legislação municipal de delimitação será prioritariamente obedecida e os critérios físicos e de coleta só serão considerados na inexistência da lei.

A metodologia do IBGE (2011), Censo 2010, qualifica setores censitários como urbano, "áreas não-urbanizada de cidade ou vila", apesar de não possuírem infraestrutura e equipamentos suficientes que atendam a natureza urbana, esses setores estão inseridos na poligonal definida por lei, que delimita a área urbana e por isso são enquadrados nessa categoria.

Em uma situação oposta, setores censitários na situação rural, possuem infraestrutura e equipamentos que conceitualmente atendem aos requisitos urbanos, respectivos aos tipos de aglomerado rural: de extensão urbana; povoados; núcleos. O conceito de aglomerado rural é "um conjunto de edificações adjacentes e com características de permanência, situado em área legalmente definida como rural". Mais uma vez a definição estabelecida por lei é priorizada em relação às características físicas, de infraestrutura e equipamentos na metodologia aplicada em 2010. Os aglomerados rurais de extensão urbana "podem ser constituídos por loteamentos já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerados de moradias ditas subnormais ou núcleos desenvolvidos em torno de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços", IBGE (2011).

Na realidade do estado da Bahia, mais de 1/5 dos municípios não possuem legislação respectiva à delimitação urbana. Fração subestimada pelas ocorrências de leis antigas que não permitem traçar uma poligonal delimitando a área urbana. Apesar da existencia da legislação específica para determinar o limite urbano, este, não consegue ser mapeado. Os critérios estabelecidos pelo IBGE legislativos e/ou físicos que expressam a realidade em um determinado período, com o propósito de realização da pesquisa censitária, revisto regularmente para realização do censo, é a solução adotada para a delimitação dessas áreas (urbanas e rurais) em muitos estudos. Essa realidade reforça os aprimoramentos realizados continuamente entre as coletas de dados censitários e a apropriação dessas informações no planejamento e gestão pública.

O trabalho ora apresentado, restringiu sua análise a duas variáveis atribuídas ao setor censitário pelo IBGE, sendo elas: situação do setor (urbano ou rural) e tipo do

setor. No censo de 2010, a variável situação do setor, pode ser subdividida em oito tipos, sendo três urbanos e cinco rurais, conforme quadro 1 a seguir.

No censo de 2022, observa-se um aperfeiçoamento das sub categorias urbanas, sem desconsiderar as cidades em que a delimitação definida por lei existe (atualizada ou não representativa da realidade municipal), os critérios físicos, econômicos, de infraestrutura e equipamentos são mais facilmente identificados e correlacionados com a densidade domiciliar e populacional.

Quadro 1 – Categorias da variável situação do setor (V1005), censo 2010.

Situação do setor	Código - Tipo do setor	Definição Utilizada Censo 2010 (IBGE, 2013)
ÁREA URBANA	1 - Área urbanizada de cidade ou vila	“São classificadas como áreas urbanizadas aquelas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano; e aquelas reservadas à expansão urbana”.
	2-Área não-urbanizada de cidade ou vila	“São classificadas como áreas não-urbanizadas aquelas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural”.
	3 - Área urbana isolada	“Área definida por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal”.
ÁREA RURAL	4 - Aglomerado rural de extensão urbana	“São assentamentos situados em áreas fora do perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir da expansão de uma cidade ou vila, ou por elas englobados em sua expansão”.
	5 - Povoado – aglomerado rural isolado	“É o aglomerado rural isolado que corresponde a aglomerados sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculados a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas, primárias, terciárias, ou, mesmo, secundárias, no próprio aglomerado ou fora dele”.
	6 - Núcleo – aglomerado rural isolado	“É o aglomerado rural isolado vinculado a um único proprietário do solo – empresa agrícola, indústria, usina, etc. – dispondo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados. Seu caráter privado ou empresarial define esta categoria”.

	7 - Outros aglomerados – aglomerado rural isolado	“São aglomerados que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados e que não estão vinculados a um único proprietário”.
	8 - Zona rural, exclusive aglomerado rural	“Área externa ao perímetro urbano, com atividades agrícolas”.

Fonte: IBGE. Metodologia do Censo Demográfico 2010. Vol. 41 da Série Relatórios metodológicos. Rio de Janeiro, 2013.

O censo realizado em 2022, Deixam de existir as categorias “Área urbanizada de cidade ou vila” e “Área não-urbanizada de cidade ou vila”, e passam a ser identificadas área urbana de alta e de baixa densidade (Quadro 2). Ficou evidenciado que a densidade é um fator diretamente proporcional para a existência de equipamentos.

A “área urbana isolada” era delimitada em 2010, apenas se existisse legislação específica, em 2021 é alterada para a categoria de “núcleos urbanos” em que a identificação e delimitação pode ser pelo reconhecimento da natureza urbana, além da definição descrita por legislação específica. Os núcleos urbanos:

(...) são identificadas por topônimos específicos e foram estabelecidos três critérios de identificação de Núcleos Urbanos: 1) áreas definidas como urbanas por lei municipal e que se encontram afastadas das cidades e vilas (correspondem às AUIs – Áreas Urbana Isoladas na metodologia vigente até 2017); 2) áreas de uso e características urbanas afastadas das cidades e vilas em não mais que 1 km; 3) condomínios residenciais e conjuntos habitacionais, mesmo que distantes em mais de 1 km das cidades e vilas (IBGE 2022, p.161).

Quadro 2 – Categorias da variável situação do setor (V1005), censo 2021

Situação do setor	Código - Tipo do setor	Definição utilizada Censo 2021 (IBGE, 2022)
ÁREA URBANA	Área urbana de alta densidade	“São áreas compostas pela aglomeração presente nas sedes municipais ou nas vilas e que apresentam grande concentração de estruturas, edificações, sistema viário desenvolvido, domicílios e equipamentos urbanos (edificações, pavimentação, rede elétrica e sanitária, etc.), e onde predominam as superfícies artificiais não agropecuárias, além de apresentar, geralmente, densidade demográfica.”
	Área urbana de baixa densidade	“São áreas presentes nas sedes municipais ou nas vilas e que apresentam baixa concentração de estruturas, domicílios e equipamentos urbanos (edificações, pavimentação, rede elétrica e sanitária, etc.). A morfologia destes ambientes urbanos se caracteriza pela

		ocupação menos densa do solo.
	Núcleo urbano	“Categoria referente a aglomerações com uso e características urbanas que se encontram afastadas das cidades ou vilas ou ainda as que foram estabelecidas por legislação municipal.”
ÁREA RURAL	Aglomerado rural	“Caracteriza-se pelo caráter aglomerado de domicílios, normalmente distantes entre si não mais que 50m, e separados da franja das cidades e vilas por mais de 1km, com exceção dos núcleos urbanos.”
	Área rural (exclusive aglomerado rural)	“Áreas de uso rural caracterizadas pela dispersão de domicílios e pela presença usual de estabelecimentos agropecuários.”

Fonte: IBGE. Manual do recenseador. CD-1.09. Rio de Janeiro, 2022.

As áreas rurais continuam sendo consideradas como áreas não delimitadas como urbana, subentendendo-se a natureza das atividades agrícolas. Nessas áreas, também é relacionado a baixa densidade de domicílios e população, ou a dispersão de domicílios pela presença de estabelecimentos agropecuários. As subdivisões da categoria aglomerado rural isolado: povoado, núcleo, lugarejo, ainda que não sejam evidenciadas no manual do recenseador (IBGE, 2022), permanecem como categorias nos dados geográficos disponibilizados. O quadro 2 resume as categorias aplicadas ao censo 2021.

O aperfeiçoamento metodológico do IBGE na última década exprime mais fielmente as áreas urbanas (com alta e baixa densidade) e as áreas rurais com baixa densidade e alguns aspectos urbanos. Possibilitando um mapeamento dos locais onde há a urbanização (ruas calçadas, acesso a água encanada, luz elétrica, etc), e onde não há a presença desses equipamentos. As variáveis referente as características dos domicílios corroboram com esse mapeamento dos equipamentos e infraestrutura existentes. Além da verificação da extensão da urbanização para além das cidades e vilas.

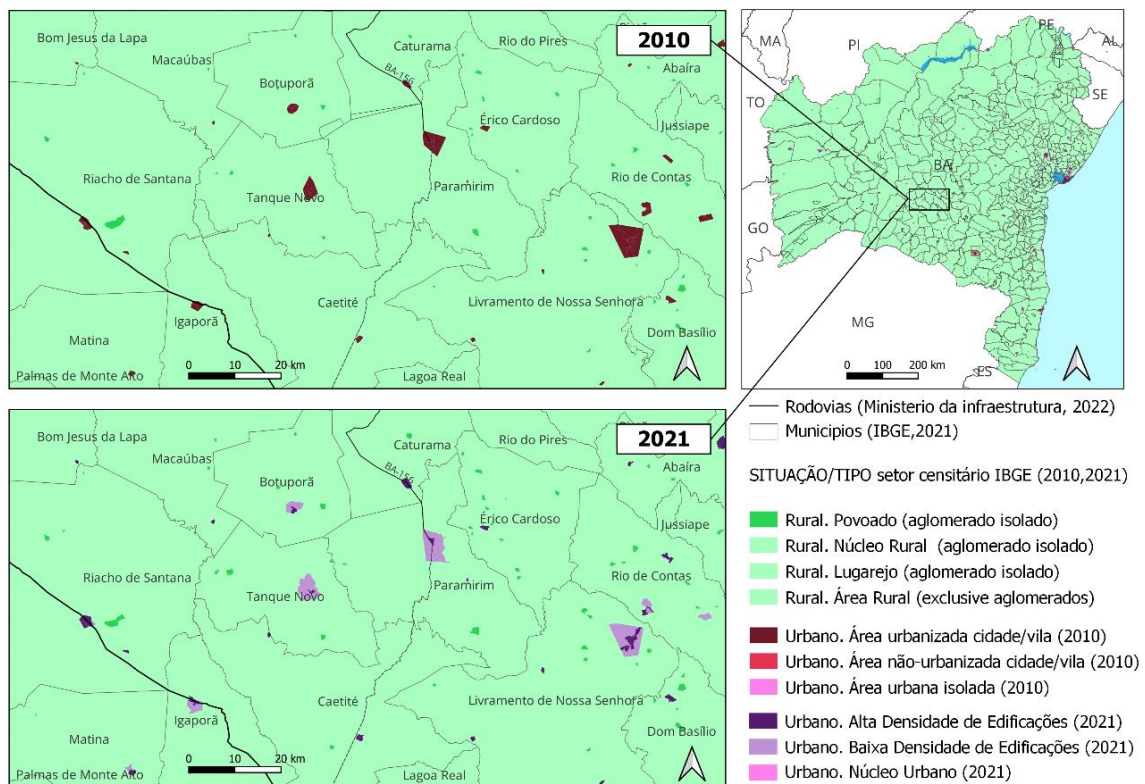
A utilização de imagens de satélite para o processo em questão se fez de suma importância. Em que analisa, no estado da Bahia, esse aprimoramento metodológico ocorrido entre os censos de 2010 e 2022, buscando qualificar as áreas urbanas e rurais e as mudanças ocorridas na última década, com o auxílio de fotografias e imagens de satélite.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

3.1 Maior precisão na delimitação da área urbana de cidades e vilas

Na pesquisa realizada empiricamente seja através de mapeamentos providos de dados do IBGE ou por imagens de satélite, foi possível inferir que em todos os municípios baianos analisados, ocorreram transformações entre os anos em questão (2010- 2022). Como exemplo, a ocorrência de uma requalificação da categoria setores censitários urbanos, que identifica com maior precisão áreas urbanas de alta e baixa densidade, permitindo uma representação, mapeamento e leitura mais fiel das delimitações das áreas urbanas a partir da densidade de pessoas e domicílios existentes na área do setor censitário categorizado como urbano (Mapa 01).

Mapa 01: Precisão na delimitação da área urbana de cidades e vilas, 2010-2021.



Fonte: IBGE (2010, 2021). Elaborado pelas autoras.

Tornaram-se mais nítidas as áreas de expansão contínuas às cidades e vilas. Áreas urbanas com densidades mais altas comumente cercadas por setores com baixa densidade, permite que continuamente ao longo da realização dos censos seja verificada a dinâmica de adensamento de domicílios, população, além da expansão urbana sobre o território rural. Com o auxílio de softwares de geoprocessamento a identificação dessas

situações passa a ser realizadas de forma automática, pelo processamento da sobreposição de setores censitários de décadas distintas.

Essas mudanças de categoria, nos setores urbanos, são observadas em municípios pequenos como Botuporã, Tanque Novo, Paramirim e Livramento de Nossa Senhora, em que a área em 2010 considerada urbana, foi requalificada nas duas categorias de alta e baixa densidade. Uma das razões para tal ocorrência no município de Livramento de Nossa Senhora são as construções afastadas do núcleo urbano da cidade, com infraestrutura urbana como pavimentação e iluminação pública, mas que não se enquadra na configuração do IBGE de 2021 como alta densidade (figura 1).

Figura 1: Lotes para construção afastados do núcleo da cidade de Livramento de Nossa Senhora- BA.



Fonte: Google Street View, 2022.

Estes territórios são moldados aos interesses do capital, que faz criar cenários completamente contraditórios, em que muitas vezes casas de alto padrão afastadas da malha urbana possuem equipamentos que superam aqueles de bairros mais carentes próximos ao centro da cidade.

Outras alterações na classificação dos setores, corroboram com o aprimoramento na delimitação e aproximação da realizada local. Em Cabeceira da Jiboia, povoado localizado no município de Vitória da Conquista (figura 2), a mudança se refere à denominação de área urbanizada de cidade ou vila (2010), que concedia uma condição urbana igualitária a sede do município, muito mais consolidada e densa em quantidade de domicílios e população. Foi aperfeiçoada a delimitação da área e alterada para área urbana de baixa densidade (2022), não classificada como núcleo isolado devido a existência de legislação específica. O novo termo atende a uma série de critérios

legislativos, e soma as características físicas e de infraestrutura local (IBGE, 2022).

Figura 2: Povoado da Cabeceira da Jiboia, em Vitória da Conquista- BA.



Fonte: Google street view, 2023.

3.2 O urbano substitui o rural

Foram observadas mudanças de aglomerados rurais isolados (povoados, núcleos, lugarejos) em 2010, alterados da categoria rural, para a categoria urbana. Se tendo como exemplo Correntina e São Desidério, tais cidades se localizam na região Oeste do estado e fazem parte da maior área agrícola do país, o MATOPIBA (figura 3). Os maciços investimentos tecnológicos e de infraestruturas necessários para as grandes monoculturas na região contribuem para a mudança observada, de uma área rural para urbana.

Figura 3: Produção agrícola em Barreiras- BA.



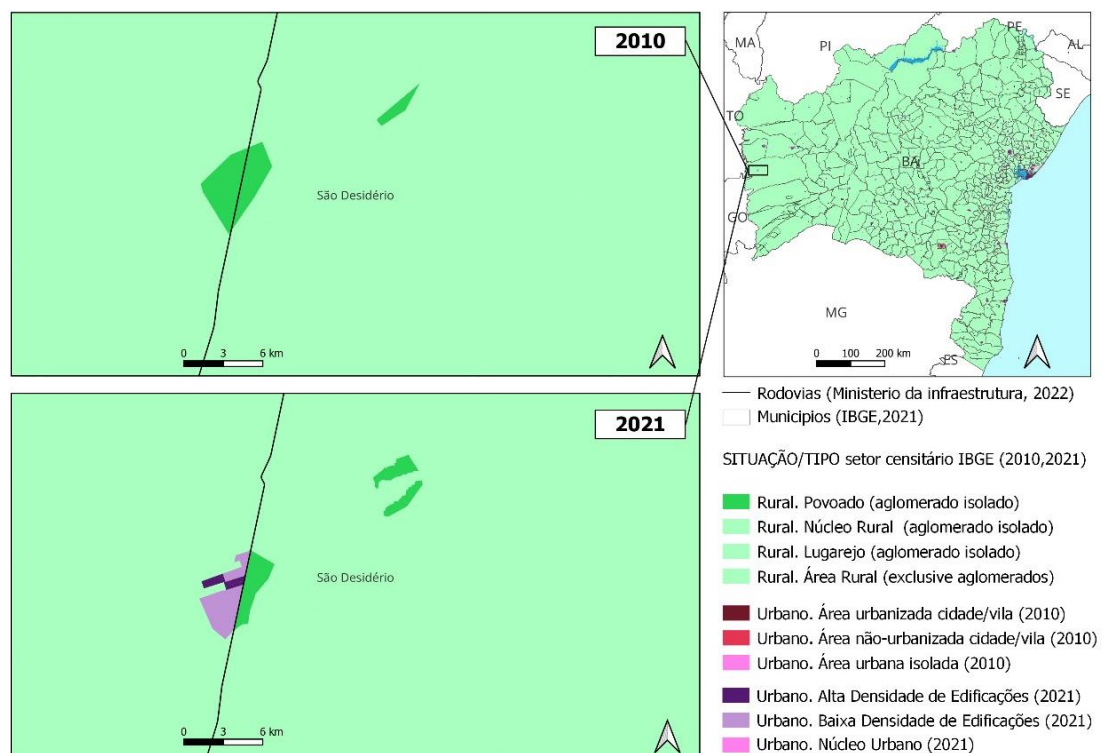
Fonte: fotografada pela autora, 2024.

O reflexo do poder exercido pelo capital, chega a lugares que antes eram de

configurações completamente rurais. Com isso, toda a estrutura e funcionalidade relacional do lugar é alterada, dando espaço para comunicação, locomoção e vivência que muito se assemelha ou supera algumas cidades, na diversidade brasileira. Como exemplo do crescimento agrícola expressivo, se tem na cidade de Correntina, o aumento considerável do PIB per capita em dez anos, saindo de R\$ 50.000,00 em 2010 para R\$ 100.000,00 em 2021 (IBGE, 2022), sendo consequência em sua maioria, do aquecido setor primário da economia. Os mapas 2 e 3 demonstram o dito.

São Desidério aponta uma característica peculiar: no ano de 2010 se encontra em situação completamente rural, já em 2021, de um lado da rodovia a situação continua a mesma, e no outro surgem tipos de setores urbanos de baixa e alta densidade. Sendo que tal mudança encontra resposta nas metamorfoses do local pela instalação de uma indústria química, pela presença de um haras com propósito turístico e pela forte atuação do agronegócio, em que os locais de baixa densidade urbana, são expressões de características da atuação de tal setor da economia no local, como a presença de cilos (figura 4).

Mapa 2: O urbano substitui o rural em São Desidério, 2010-2021.



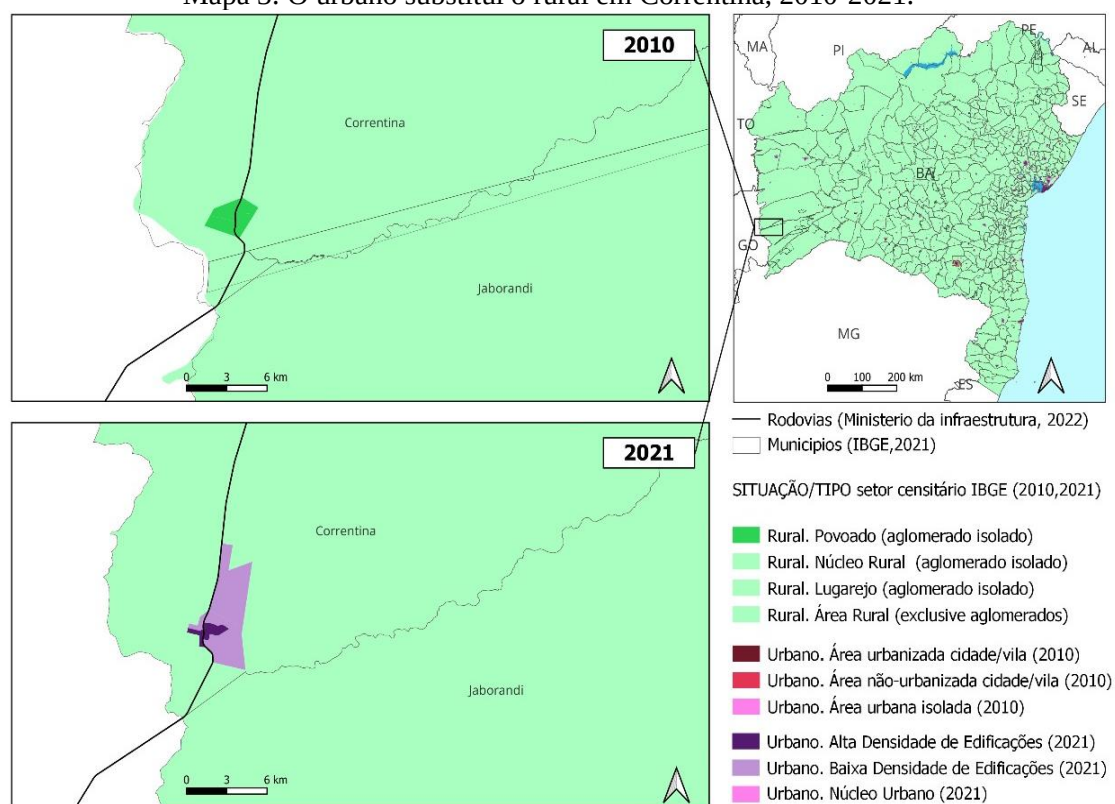
Fonte: IBGE (2010, 2021). Elaborado pelas autoras.

Figura 4: Imagem de satélite do território em destaque no município de São Desidério.



Fonte: Google satélite, 2024.

Mapa 3: O urbano substitui o rural em Correntina, 2010-2021.



Fonte: IBGE (2010, 2021). Elaborado pelas autoras.

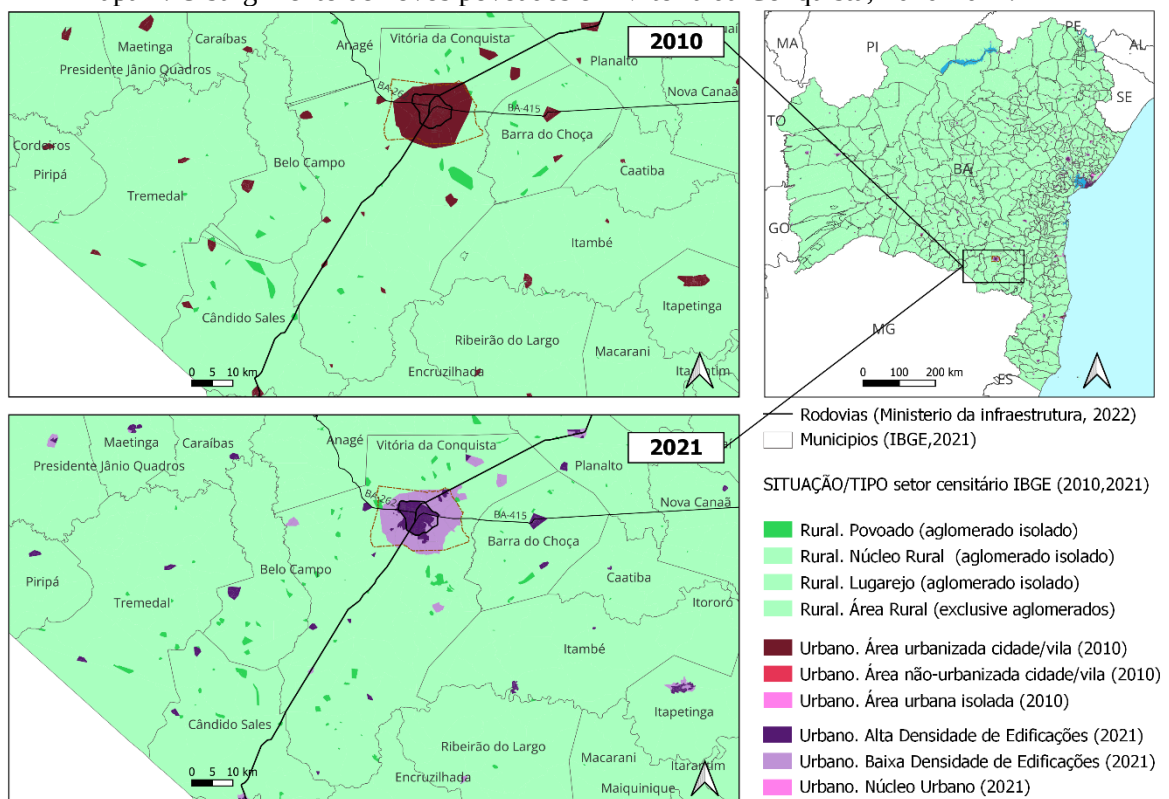
Isso demonstra uma transformação no cenário de vivência bastante significativa. Pois, além da presença de tecnologia no campo, o comportamento do indivíduo sobre tal fenômeno também foi alterado, consequentemente, os modos de vida e os valores também se modificaram, acarretando transformações no espaço vivido, além das mudanças que as consequências disso produz, levando a um ciclo de transformações

incessantes que aproximam as relações sociais do urbano e o rural, ainda que o campo seja reclassificado como cidade.

3.3 Ligações rurais: o surgimento de novos povoados

Em alguns municípios observou-se o surgimento de novos povoados e lugarejos classificados como setores rurais com predominância de atividades agrícolas, ou do campo que reforçam a ligação entre núcleos urbanos, entre os anos de análise (2010-2022). O povoado é um tipo de aglomerado rural isolado característico pela baixa densidade e por possuir alguns equipamentos insuficientes para serem considerados urbanos.

Mapa 4: O surgimento de novos povoados em Vitória da Conquista, 2010-2021.



Fonte: IBGE (2010, 2021). Elaborado pelas autoras.

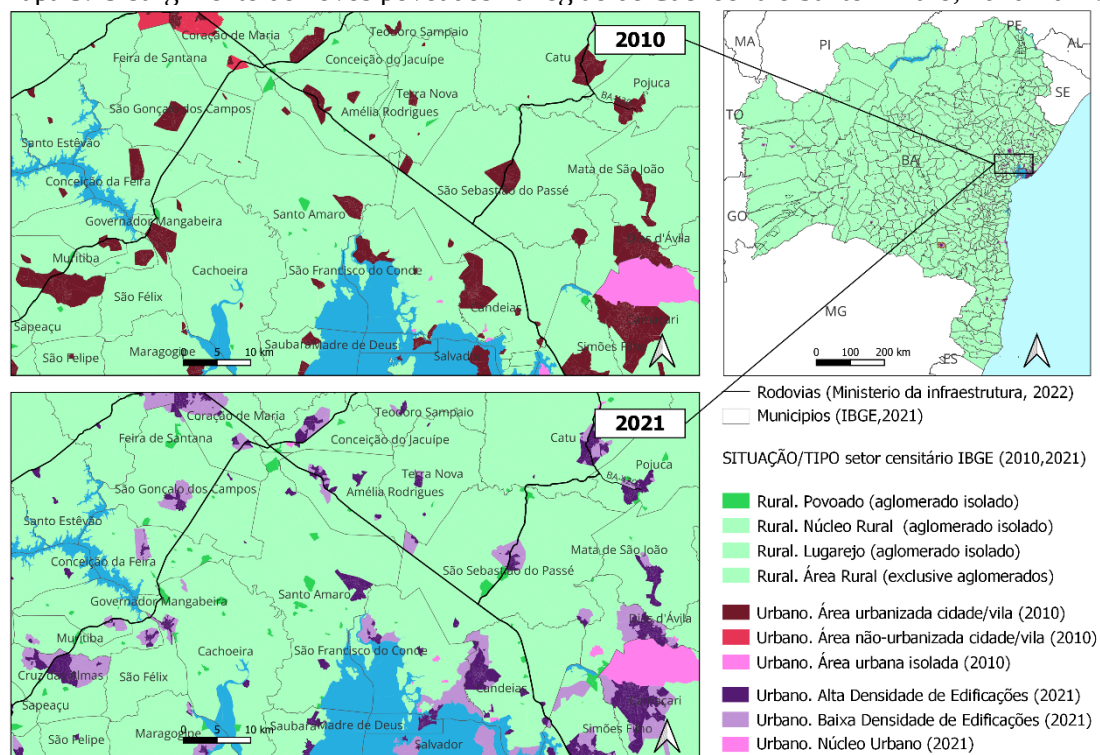
Como exemplo se tem os municípios de Vitória da Conquista (mapa 4), Cachoeira e Santo Amaro (mapa 5). Em que observa-se o aumento de residências em áreas antes denominadas como rurais. Estas novas configurações, que ainda pertencentes ao rural, recebem a denominação de povoado. Além disso, a forte atuação de Vitória da Conquista no cenário agrícola sobretudo pelo plantio de café, incita o crescimento

dessas novas habitações no rural (povoados e lugarejos). Tal situação promove a relação entre o campo e a cidade, ao passo que o plantio é realizado no primeiro, enquanto a sua comercialização ocorre nas cidades. O que desencadeia uma relação de parceria e troca entre ambos e não de competição.

Analizando espacialmente a disposição do aumento do número de povoados, percebe-se na cidade de Vitória da Conquista, que os vetores de expansão do município são evidenciados, reforçando a ligação entre as cidades e vilas, áreas urbanas pré-existentes.

O mapa 5 destaca os municípios de Cachoeira e Santo Amaro, também se enquadram na categoria de localidades que presenciaram o aumento de povoados, difere da situação de Vitória da Conquista, em que o setro agrícola mais especificamente do café estimulou o aparecimento de povoados.

Mapa 5: O surgimento de novos povoados na região de Cachoeira e Santo Amaro, 2010-2021.



Fonte: IBGE (2010, 2021). Elaborado pelas autoras.

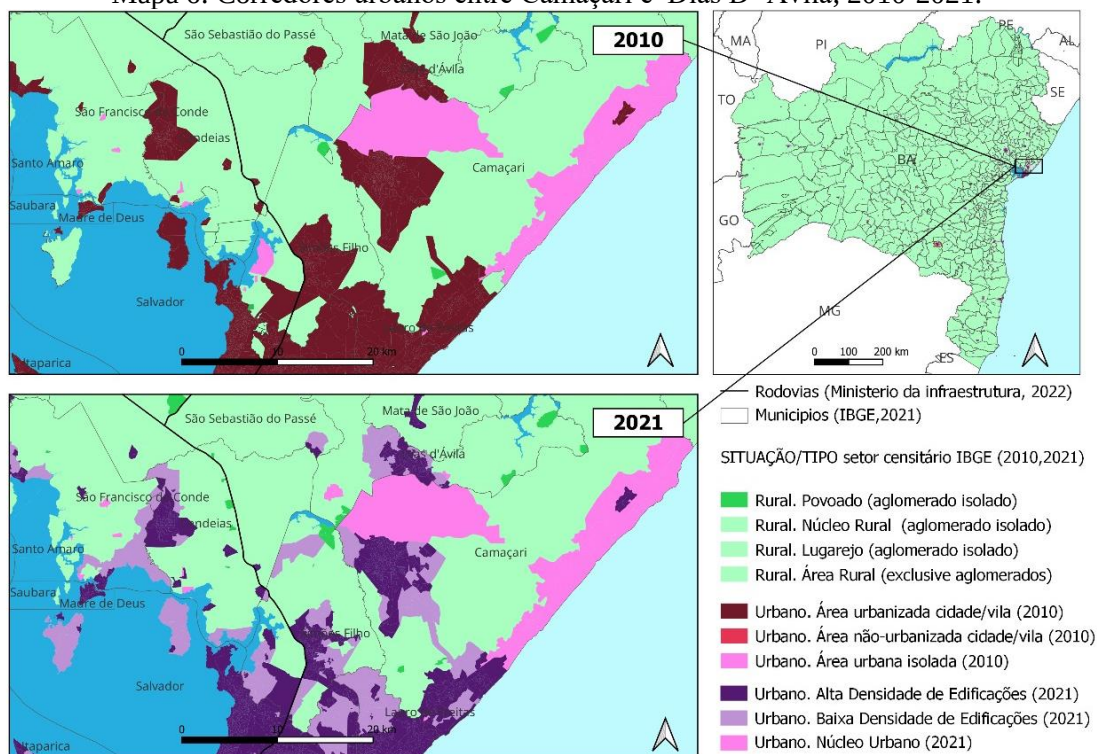
Na região destacada no mapa 5 se deu em decorrência do turismo, local em que as belezas naturais promovem a criação de resorts e demais entretenimento que atraem um grande contingente de visitantes e também de moradores, ao passo que vê nessa atividade uma forma de sobrevivência. Influenciando na formação e consolidação de povoados.

3.4 Ligações urbanas: corredores urbanos entre municípios

O estreitamento das ligações urbanas entre Ilhéus e Itabuna, Camaçari e Dias D'Ávila foi observado. A aglomeração entre urbano de baixa e alta densidade se intensificou no período em análise. Nas duas situações citadas, as relações econômicas entre os dois municípios são ampliadas na última década.

Entre Camaçari e Dias D'Ávila se destaca a existência do Polo Petroquímico, áreas rurais em 2010, que em 2022 foram alteradas para núcleo urbano e povoados no município de Dias D'Ávila. Além da alteração ocorrida no município de Simões Filho para área urbana de baixa densidade e povoados, distantes da sede do município e próximos do Polo Petroquímico. Mais uma vez as razões econômicas exercem forte influência sobre as mudanças de rural para urbano (mapa 6).

Mapa 6: Corredores urbanos entre Camaçari e Dias D'Ávila, 2010-2021.



Fonte: IBGE (2010, 2021). Elaborado pelas autoras.

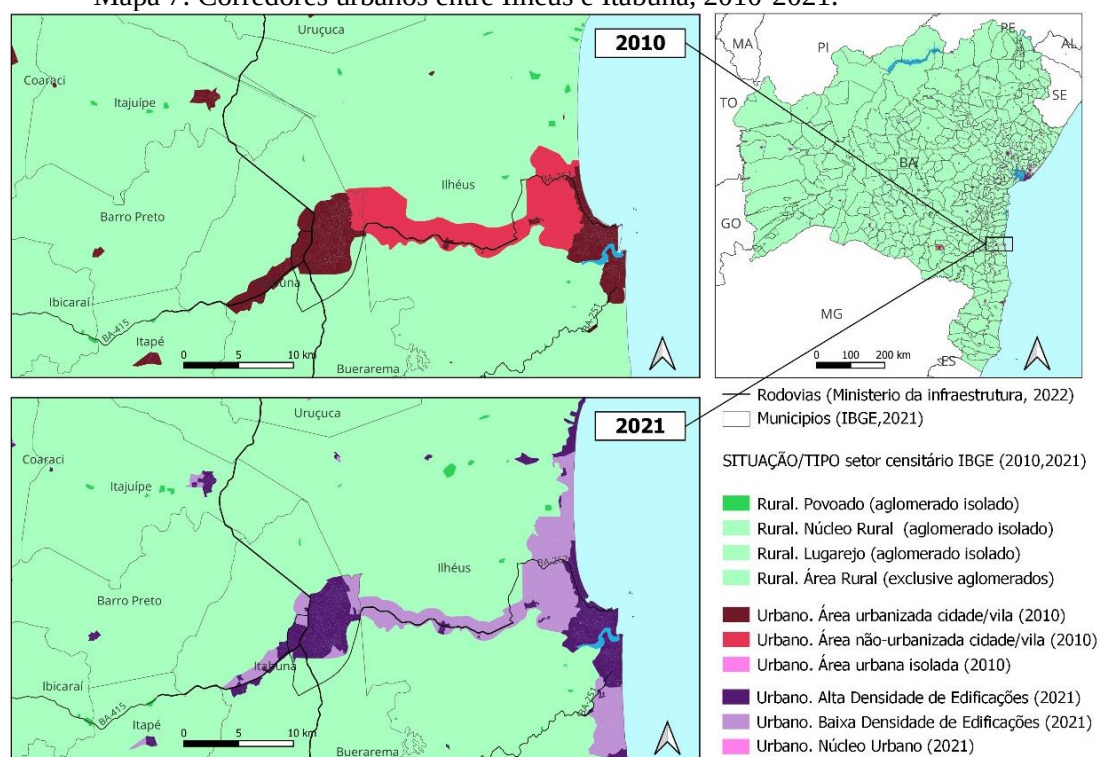
Em Camaçari, se destaca a consolidação da ligação urbana entre a sede do município e o litoral, com a alteração de rural para urbano de baixa densidade ao longo da rodovia estadual BA – 531. Diferente da situação de ligação com a capital do estado, Salvador, realizada pela via Parafuso (BA – 535) onde permanecem as características

rurais, com a identificação de novos povoados.

Em relação aos municípios de Ilhéus e Itabuna (mapa 7), em 2010 a ligação entre as cidades já era considerada urbana. Observa-se que a área não urbanizada de cidade ou vila, passa por uma contração, e áreas classificadas como urbanas em 2010 passam a ser rurais em 2022, conferindo uma melhor aproximação da situação local, que em 2022 foi classificada como área urbana de baixa densidade. Nesse aspecto a densidade de domicílios foi decisiva para a alteração dos limiares entre urbano e rural.

No município de Ilhéus, em 2010, na faixa litorânea predominava a classificação como área rural, com destaque para alguns aglomerados isolados. Em 2022 toda a faixa litorânea passa a ser categorizada como urbana, predominantemente de baixa densidade, e alguns aglomerados rurais isolados são reclassificados como áreas urbanas de alta densidade.

Mapa 7: Corredores urbanos entre Ilhéus e Itabuna, 2010-2021.



Fonte: IBGE (2010, 2021). Elaborado pelas autoras.

4 CONCLUSÃO

Os dados disponibilizados pelo IBGE abrangem todo o território nacional. Apenas o estado da Bahia foi analisado neste trabalho, composto por 417 municípios, ficou evidenciado que a escala das análises comparativas entre dois censos é muito menor que a dimensão do estado. Ainda menor que a escala municipal em alguns casos. Foi necessário a constante ampliação da escala em setores urbanos e rurais, partes de um mesmo município, para que fosse visível a expansão urbana sobre uma área rural. Este trabalho pontua a necessidade de outros estudos específicos para uma determinada região que apresenta um aumento na densidade domiciliar ou expande a área urbana de cidade ou vila.

As análises que investigam as relações sociais nos espaços concretos da cidade, e do campo, não são recentes e uniformes. Ganham força no processo de Primeira Revolução Industrial (século XVIII) quando o urbano se desenvolve, além de possuir múltiplas interpretações a depender do método utilizado e a perspectiva de análise.

Tais métodos são alterados e aperfeiçoados no decorrer do tempo, promovem ideologias e pensamentos que devem ser constantemente revistos, muitas vezes perversos ou distorcidos sob o olhar de uma outra época. O presente artigo faz um resgate histórico e prático dessa dualidade e delimitação entre o urbano e o rural, ao passo que instiga o debate dos estereótipos, bem como sua ausente fundamentação em decorrência da dialética presente entre o urbano e rural, além da proximidade entre ambos.

As mudanças de classificação ocorridas entre os censos do IBGE dos anos de 2010 e 2022, mostram um maior detalhamento e descrição das categorias, provocando alterações visuais no mapeamento. Tais mudanças se configuram pelas alterações ocorridas nos setores censitários urbanos na forma de requalificação. Isso denota um novo modo de ocupação do espaço, em que áreas já antes consideradas urbanas, ganham a denominação de baixa densidade por não possuir a quantidade de domicílios exigida pelo novo censo para ser considerada de alta densidade, apresentando em 2022 uma frequente dispersão de pessoas e domicílios para além do núcleo urbano.

Também se vê investimentos em áreas antes tidas como de caráter completamente rurais, mas que por conta de seu potencial de produção, passou a receber investimentos pesados no ramo da tecnologia e infraestrutura, transformando o rural em urbano, ao passo que as relações sociais são modificadas. Contudo, os benefícios à população mais carente não são promovidos a desigualdade social é perpetuada e os investimentos e atividades econômicas pouco interferem nessa realidade desigual e combinada.

O surgimento de povoados, impulsionados por atividades econômicas do

agronegócio, da indústria do turismo, do beneficiamento de matéria-prima local, entre outras atividades econômicas, se caracterizando por um aumento de população e domicílios na área rural, comprovam que atividades urbanas estão sendo intensificadas em áreas rurais, que antes não existiam ou se intensificaram na última década.

As ligações urbanas também se intensificaram, ocorrendo no território em uma escala maior que o aparecimento de pequenos povoados. Os corredores urbanos entre cidades possuem alta e baixa densidade de população e domicílios, além de intensificar o uso dos eixos de expansão entre os municípios e ter a presença de importantes equipamentos de atendimento regional (hospitais, universidade, centros industriais etc).

Tais transformações e mudanças verificadas no espaço, como os novos critérios para determinar setores urbanos e rurais, correspondem aos agenciamentos do interesse do capital e são impulsionados por atividades econômicas. Os entendimentos que se tinham de cidade/campo e urbano/rural se modificavam com o tempo, passam a coexistir diferentes concepções desses conceitos. O entendimento de campo com predominância de atividades bucólicas, era, e ainda é existente, e convive com a existência de algumas dessas atividades em áreas urbanas. O que se mantém constante é que a atividade econômica, em grande ou pequena escala, conduzem e alteram as atividades e o contexto social de ambos, campo e cidade.

As atividades econômicas desenvolvidas na região aceleram a instalação de equipamentos e colaboram para a alteração e adensamento populacional de áreas rurais em urbanas. Tais investimentos em infraestrutura e equipamentos não ocorrem quando as pessoas mais vulneráveis socialmente necessitam de energia elétrica, pavimentação e demais serviços, realidade observada em localidades e povoados com baixo dinamismo econômico.

Dessa forma, é perceptível que o urbano e rural estão cada vez mais próximos, independente da distância física, caso seja vantajoso para o capital. Em oposto, o campo não consegue competir com a cidade, ao passo que a construção de estruturas não é interessante para o modo de produção onde não há lucro ou consumo. Ficou constatado que os equipamentos são construídos mediante a existência de demanda, consumo, ou à presença humana densa que justifique sua instalação.

5 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Leon Martins Carricone. **O rural e urbano na teoria de Henri Lefebvre**. Presidente Prudente, 2012.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas**. Londrina, 2014.

BLAY, Eva Alterman. Habitação: a política e o habitante. In: **A luta pelo espaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Salvador: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O espaço em movimento: o desvelar da rede nos processos sociotécnicos do sistema de saúde de Vitória da Conquista/ Bahia**. São Cristóvão: UFS, 2009.

IBGE. **Censo demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html>. Acesso em abril, 2024.

IBGE. **Manual do recenseador**. CD-1.09. Rio de Janeiro, 2022.

IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Vol. 41 da Série Relatórios metodológicos. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE. **Base de informações do censo demográfico 2010: resultados do universo por setor censitário**. Rio de Janeiro, 2011.

JACINTO, Janério Manoel; MENDES, César Miranda; PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre. **O rural e urbano: contribuições para compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano**. Maringá, v. 4, n. 2 , p. 173- 191, 2012.

MAIA, Amanda Carvalho. **Descontinuidade territorial e formação de vazios urbanos: um padrão de crescimento em cidades médias paulistas**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019.

MATIAS, Keidy Narely Costa. **Henri Lefebvre e a dialética da tríade: considerações sobre a produção social do espaço**. Natal: UFRN, 2016.

MEIRA, Edlene de Fátima Pereira; PEREIRA, João Paulo Amorim; SANTOS, Janio. **Urbanização e transformações nas cidades do território de identidade de Vitória da Conquista- BA**. Vitória da Conquista: UESB, 2010.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, H. **Pertinência da categoria rural para análise social**. Ciências Agrotecnias, v. 26, nº 2, 392-399, 2002.

PERA, Caroline Krobath Luz; BUENO, Laura Machado de Mello. Revendo o uso de dados do IBGE para pesquisa e planejamento territorial: reflexões quanto à classificação

da situação urbana e rural. In: **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 18, n. 37, pp. 721-742, set/dez 2016.

PEREIRA, Silvia Regina; TURMINA, Bernadete Dolores. **O rural e urbano: reflexões sobre a relação campo-cidade**. Curitiba: UNIOESTE, 2013.

VALE, Ana Rute do. **A delimitação rural/urbano, as relações cidade-campo e a nova realidade: reflexões sobre o espaço rural brasileiro**. São Paulo: USP, 2005.

VEIGA, José Eli da. A atualidade da contradição urbano-rural. In: **Análise territorial da Bahia rural**. Salvador: SEI, 2004.